Patrimônio privado ou negociação profissional? A questão fiscal suíça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Para uma pessoa física residente na Suíça, a questão decide se os ganhos com criptoativos são ganhos de capital privados isentos nos termos do art. 16, al. 3, da Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA) ou rendimentos tributáveis de atividade autônoma nos termos do art. 18. No segundo caso, somam-se ainda as contribuições previdenciárias.[1] A Circular 36, de 27 de julho de 2012, da Administração Federal das Contribuições (AFC/FTA) estabelece um porto seguro (safe harbour) segundo o qual o contribuinte que cumpre todos os cinco critérios é tratado como investidor privado sem exame adicional. Não se enquadrar no porto seguro não torna o contribuinte um negociante profissional (professional trader). Abre-se, isso sim, uma avaliação global em que os tribunais ponderam os mesmos indicadores.[2]

Os cinco critérios do porto seguro são: um período de detenção de pelo menos seis meses, um volume de operações no período fiscal que não ultrapasse cinco vezes o valor da carteira no início do período, ganhos de capital inferiores a 50% do rendimento líquido, ausência de financiamento por dívida (ou rendimentos de investimento superiores aos juros) e uso de derivativos apenas para hedge. Os criptoativos tensionam cada um deles. Recompensas de staking e airdrops são

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

rendimento em qualquer caso. A provisão de liquidez em um formador de mercado automatizado gera microtransações contínuas que podem violar, no papel, o teste de giro enquanto o contribuinte permanece inativo. Os cantões têm aceitado que o rebalanceamento automático por um protocolo não constitui negociação pelo contribuinte, embora a prática não seja uniforme.[3]

A sequência

1. Calcular os cinco critérios da Circular 36 para o ano fiscal com base nos registros das carteiras e das exchanges. Se os cinco forem cumpridos, declarar os ganhos como isentos e as posições para fins do imposto sobre a fortuna, e guardar o cálculo.
2. Se um ou mais critérios não forem cumpridos, avaliar o quadro geral: frequência e volume, períodos de detenção, uso de recursos de terceiros, derivativos para especulação, método sistemático, ligação com uma ocupação profissional (um gestor de fundo de cripto que negocia pessoalmente está exposto) e se a negociação é necessária para manter o padrão de vida do contribuinte.
3. Separar eventos de rendimento de eventos de alienação. Staking, juros de empréstimo, taxas de provisão de liquidez, airdrops com contraprestação e recompensas de mineração são rendimentos tributáveis no recebimento, pelo valor de mercado, independentemente do status de negociante. Hard forks e airdrops sem contraprestação são tratados pela AFC/FTA como rendimento no recebimento, com alguma variação cantonal.[4]
4. Se a avaliação global apontar para negociação profissional, modelar as consequências: imposto de renda às alíquotas marginais sobre os ganhos líquidos, dedutibilidade das perdas, contribuições à AHV (previdência suíça de velhice e sobreviventes) de cerca de dez por cento e possibilidade de compensar prejuízos por sete anos.
5. Considerar respostas estruturais antes do fim do ano: transferir a negociação ativa para uma sociedade (o imposto sobre as sociedades em Zug é baixo, os

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

dividendos são tributados parcialmente), cessar a especulação com derivativos, alongar os períodos de detenção.

6. Quando os valores forem elevados, pedir uma solução de consulta prévia (advance ruling) à administração tributária cantonal. Zug e Zurique emitem soluções de consulta sobre o status de negociante, e uma solução vinculante quanto aos fatos revelados elimina o risco retroativo.[5]

Indicador	Aponta para patrimônio privado	Aponta para negociação profissional
Período de detenção	Em geral mais de seis meses	Dias ou semanas
Giro em relação à carteira	Abaixo de cinco vezes o valor inicial	Muitos múltiplos
Participação no rendimento	Ganhos abaixo da metade do rendimento líquido	Os ganhos são o rendimento principal
Financiamento	Recursos próprios	Margem, empréstimos, protocolos de empréstimo
Derivativos	Apenas hedge	Perpétuos, opções para especulação
Método	Ocasional, buy and hold	Sistemático, bots, arbitragem
Ocupação	Sem relação	Trader, gestor de fundos, formador de mercado

Pergunta de cliente

“Opero um bot de arbitragem em três exchanges a partir do meu apartamento em Zug. Ele rendeu CHF 400.000 no ano passado. Isso é isento?” Quase certamente não. O giro do bot ultrapassará o teste das cinco vezes em ordens de grandeza, o período de detenção é medido em segundos e o método é sistemático. O ganho é rendimento de atividade autônoma, sujeito ao imposto de renda e à AHV. A pergunta mais útil é

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

se convém operar o bot por meio de uma GmbH de Zug a partir de 1º de janeiro, o que converte a exposição em imposto sobre o lucro das sociedades a uma alíquota combinada de cerca de 12% e posterga a tributação pessoal até a distribuição.

Notas

1. Direct Federal Tax Act, de 14 de dezembro de 1990 (DFTA; DBG, SR 642.11), art. 16, al. 3, e art. 18, al. 2; ver Parte G, Capítulo II. ↩
2. Circular n.º 36 da AFC/FTA, de 27 de julho de 2012, Gewerbsmässiger Wertschriftenhandel, seção 3; o documento de trabalho da AFC/FTA sobre criptomoedas, de 27 de agosto de 2019 (atualizado em 14 de dezembro de 2021), aplica a circular aos criptoativos; ver Parte G, Capítulo II. ↩
3. As práticas cantonais de Zug e de Zurique são comparadas na Parte G, Capítulos II e III. ↩
4. Documento de trabalho da AFC/FTA sobre criptomoedas, seções 2.3–2.6; ver Parte G, Capítulo II. ↩
5. A prática suíça de soluções de consulta é explicada na Parte G, Capítulo I. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.